

EXPANSÃO DOS COLÉGIOS TIRADENTES: MAIS UM CAPÍTULO DO MESMO PROJETO DE ATAQUE À ESCOLA PÚBLICA

Não é a primeira vez que o governo de Minas Gerais tenta desmontar a rede pública estadual; e não é a primeira vez que as comunidades escolares se levantam para impedir. Já enfrentamos e derrotamos diferentes tentativas de ataque: a municipalização, a privatização pelo Projeto Somar e a imposição do modelo cívico-militar. Em todas essas investidas, o discurso governista prometia “modernização” e “eficiência”; na prática, o que se buscava era a desresponsabilização do Estado e o encolhimento da rede pública, com prejuízos diretos para estudantes e trabalhadores da educação.

Agora, essa mesma lógica retorna com outro nome: a expansão dos Colégios Tiradentes. Sob o discurso de “transformação”, escolas regulares correm o risco de serem fechadas e seus prédios entregues a um modelo de acesso restrito, desvinculado das necessidades e dos interesses das comunidades em que estão inseridas. Trata-se, portanto, de mais uma frente do mesmo projeto que já derrotamos em outras versões e que exige novamente nossa resistência.

Este informativo especial do SIND-UTE/MG revela o que está por trás dos anúncios do governador. A luta é de toda a rede, e a mobilização das comunidades continua sendo a força capaz de conter a sanha privatista de Zema/Simões e defender a escola estadual como direito de todos e todas.



O QUE OS ANÚNCIOS DO GOVERNADOR ESCONDEM

Nos últimos meses, comunidades escolares em diversas cidades de Minas Gerais têm se levantado contra a tentativa do governo Zema/Simões de fechar escolas regulares e entregar seus prédios ao modelo dos Colégios Tiradentes. A resposta das comunidades é intensa porque o que está em jogo é muito grave e já foi visto antes.

A expansão dos Colégios Tiradentes segue a mesma lógica que orientou a municí-

palização forçada, a privatização via Projeto Somar, a terceirização das ASBs e as PPPs de infraestrutura: o Estado se desresponsabiliza da escola pública regular, transfere o patrimônio coletivo a outro modelo de gestão e deixa as comunidades sem resposta sobre o que acontece com seus filhos, seus professores e suas trabalhadoras. Muda o nome do programa, repete-se o movimento.

Não se trata, portanto, de ser contra os Colégios Tiradentes. Não é essa a luta que estamos travando. O que está sendo denunciado é outra coisa: a instrumentalização de um modelo de ensino como pretexto para desmontar a rede estadual regular, sem diagnóstico técnico, sem consulta às comunidades e sem nenhuma garantia de preservação dos direitos de estudantes e trabalhadores da educação.

A deputada Beatriz Cerqueira (PT), presidente da Comissão de Educação da ALMG, foi direta na audiência pública em que o governo não apresentou nenhum estudo técnico que embasasse as decisões:



“A escola estadual acaba. Não existe transformação, não existe adaptação. O prédio é entregue para o Colégio Tiradentes. Então, a escola acaba.”

NÃO É TRANSFORMAÇÃO, É FECHAMENTO!

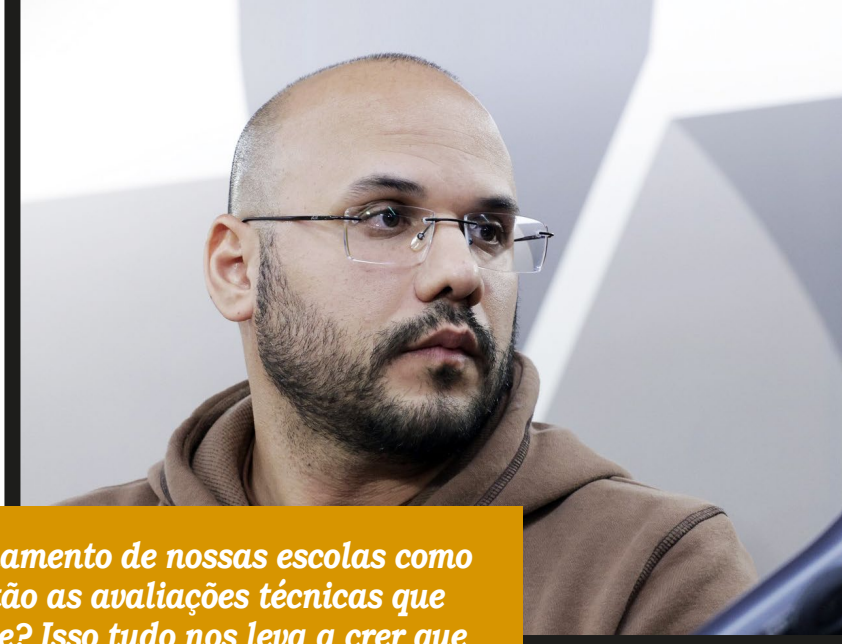
Os fatos são objetivos. Onde o governo anuncia um novo Colégio Tiradentes, uma escola estadual deixa de existir. Não é transformação; é fechamento. O prédio muda de dono, o projeto pedagógico muda, as regras de acesso mudam. E o que desaparece junto não tem equivalente no novo modelo:

ESCOLA PÚBLICA REGULAR	COLÉGIO TIRADENTES (PM)
Acesso: universal, gratuito e irrestrito	Acesso: processo seletivo com prioridade para filhos e netos de militares
EJA: atende jovens e adultos trabalhadores	EJA: não oferece
Educação integral: sim	Educação integral: não oferece
Ensino técnico: sim	Ensino técnico: não oferece
Uniformes e materiais: gratuitos	Uniformes e materiais: pagos pela família; kit pode passar de R\$ 2.400,00

É exatamente isso. O governo não explica por que aquela escola, naquele bairro, naquele município. Não diz quantas vagas serão criadas, quantas serão perdidas, quem absorverá os estudantes que não se encaixam nas prioridades de acesso do novo modelo. Como já ocorreu com a municipalização, com o Somar e com as PPPs, os anúncios chegam antes das respostas e as respostas, muitas vezes, nunca chegam. Nas palavras de **Matheus Paiva, vice-diretor da E.E. Sebastião Silva Coutinho**, de Leopoldina:



Qual o motivo para o fechamento de nossas escolas como funcionam hoje? Onde estão as avaliações técnicas que mostram essa necessidade? Isso tudo nos leva a crer que essa decisão está sendo tomada não com base em diagnósticos, mas apenas por decisões políticas.”



AS COMUNIDADES RESISTEM

O que tem chegado, no entanto, é a resposta das comunidades. Em várias cidades do estado, pais, mães, estudantes, professoras, professores, gestoras, gestores e trabalhadores da educação têm se reunido, convocado audiências públicas, aprovado moções de rejeição e ocupado câmaras municipais para dizer não ao fechamento de suas escolas e à propaganda eleitoral que se fantasia de política educacional. O Sind-UTE/MG é parte orgânica dessa resistência. Temos questionado o governo sobre o destino dos trabalhadores, exigido a suspensão de decisões tomadas sem participação democrática e alertado as comunidades sobre o que a legislação realmente prevê. Como frisou **Denise Romano, coordenadora geral do Sind-UTE/MG**:



Não basta o Estado dizer 'pegue suas coisas e procure outra escola'. Como no Projeto Somar e na municipalização, professores efetivos foram prejudicados e contratados, a grande maioria, foram todos demitidos. E é isso que acontecerá se o fechamento vier a ocorrer.”



A ESCOLA É DA GENTE!

**NÃO SE FECHA,
NÃO SE VENDE!**

Mobilizações como essas não surgem do nada. Elas nascem de relações construídas ao longo de anos entre trabalhadores da educação e as comunidades que frequentam as mesmas escolas, nos mesmos bairros, nas mesmas cidades. Quando uma escola é ameaçada, essa teia se ativa e ela é mais forte do que qualquer anúncio de palanque. **A escola não fecha enquanto a comunidade resistir. Seguiremos resistindo!**

NOSSA HISTÓRIA É FEITA DE LUTAS

No dia 22 de julho, o Sind-UTE completou 47 anos de uma história escrita a muitas mãos, repleta de lições, aprendizados, lutas e sonhos. Nesta longa jornada, nada caiu do céu. Nossos direitos e conquistas nascem de grandes mobilizações da categoria, com organização e consciência de classe.

Valorizar a memória do nosso maior

instrumento de lutas e avanços coletivos, inspira as lutas do presente e nos prepara para enfrentar os desafios do futuro.

Defender o Sind-UTE é defender a escola pública e os direitos dos(as) educadores(as) da ativa e aposentados(as). O Sindicato é a voz da categoria e existe por e com cada filiado(a).

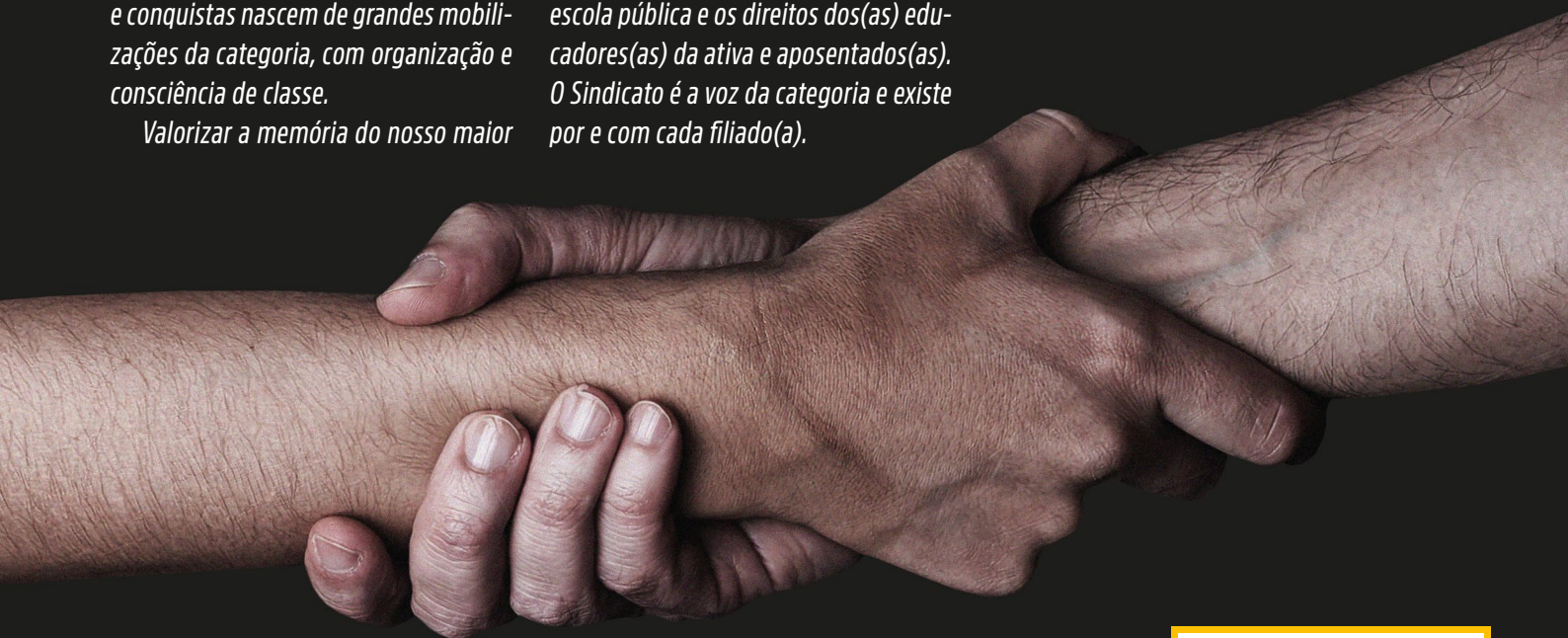
FILIE-SE!



JUNTE-SE A NÓS.

NOSSA HISTÓRIA É FEITA DE LUTAS!

Filie-se! O Sind-UTE somos todos e todas nós!



ORGANIZAR PARA RESISTIR: ESCOLHA SEUS(SUAS) REPRESENTANTES

Fortalecer a luta exige que cada escola se torne um espaço vivo de resistência. Diante das ameaças de fechamento de escolas, da retirada de direitos e dos ataques à rede estadual, é na Organização por Local de Trabalho (OLT) que construímos nossa principal força coletiva.

É na escola, junto aos(as) trabalhadores(as) em educação, que a luta ganha corpo, que as informações circulam e que a defesa dos direitos se transfor-

ma em ação concreta. A Comissão Sindical é a expressão dessa organização: representantes escolhidos(as) pelos (as) trabalhadores(as) que assumem o papel de mobilizar, dialogar e defender a escola pública. É essencial que cada escola participe desse processo e eleja seus(-suas) representantes. Quanto mais organizada estiver a base, mais forte será nossa capacidade de enfrentar os ataques e garantir que a educação continue sendo um direito de todos e todas.



Acesse o QR Code e ajude a eleger a comissão sindical

SindUTE
SOMOS TODOS NÓS